

PROPOSTA DE FICHA DE TRIAGEM PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

ANA LAURA DE OLIVEIRA PLÁ¹; MARCOS ANTONIO TORRIANI²; LISANDREA
ROCHA SCHARDOSIM³.

¹Universidade Federal de Pelotas – analauroodonto@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marcostorriani@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – lisandrears@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Pacientes com necessidades especiais (PNE) são aqueles que necessitam de algum cuidado ou abordagem especial, por tempo indeterminado ou por um período de sua vida devido alguma alteração ou condição que apresente.

Segundo o censo de 2010, 23,9% da população brasileira apresenta, pelo menos, uma deficiência visual, auditiva, motora, mental ou intelectual (IBGE, 2010). Apesar da necessidade de acompanhamento odontológico e condições de saúde bucal insatisfatórias (NASILOSKI, et al., 2015), apenas 3% da população total de deficientes tem acesso aos tratamentos odontológicos.

Além disso, crianças com comprometimento físico ou mental mais severo, são aquelas que têm menos acesso ao serviço, pela dificuldade no manejo do comportamento, falta de informação e insegurança dos profissionais, dificuldades de acesso devido a barreiras arquitetônicas, dentre outros (NASILOSKI et al. 2015; IBGE 2010).

A partir de uma avaliação criteriosa das limitações presentes, o profissional poderá realizar o atendimento odontológico em nível domiciliar, ambulatorial ou hospitalar sob anestesia local ou geral (SANTOS et al., 2015).

Dentro desse contexto de atendimento odontológico dos PNE e da experiência adquirida ao longo de 11 anos do Projeto Acolhendo Sorrisos Especiais / Faculdade de Odontologia / Universidade Federal de Pelotas (FOP), tem-se a percepção de que os profissionais apresentam dificuldades para atender e encaminhar adequadamente os pacientes para os três níveis de atenção à saúde bucal. Essa dificuldade gera baixa resolutividade e extensa lista de espera de pacientes que poderiam ser atendidos rapidamente, provocando morosidade no processo e desconforto e sofrimento do paciente e sua família. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi elaborar uma ficha de triagem norteadora por critérios clínicos relevantes para PNE poderia auxiliar e orientar os profissionais na

definição do local do atendimento odontológico adequado e avaliar sua efetividade.

2. METODOLOGIA

Para elaboração da ficha de triagem, partiu-se de uma busca na literatura para embasamento teórico. A ficha proposta foi adequada utilizando dados de prontuários clínicos de PNE atendidos pelo projeto de extensão Acolhendo Sorrisos Especiais. Foram sorteados aleatoriamente 30 prontuários de pacientes atendidos em nível ambulatorial e 30 pacientes atendidos em nível hospitalar, sob anestesia geral (AG). Os dados serviram de subsídios para concluir a versão final da ficha.

A mesma foi distribuída em sete critérios: nível de colaboração para atendimento odontológico; necessidade de estabilização protetora; possibilidade de estabilização protetora; urgência; número de procedimentos; nível de complexidade dos procedimentos odontológicos; proximidade com o local de serviço. Ao final do preenchimento da ficha, a pontuação do paciente deverá ser calculada e o resultado indicará um local de atendimento. A ficha de triagem foi testada em PNE que aguardavam atendimento odontológico na lista de espera do projeto Acolhendo Sorrisos Especiais / CEO Jequitibá, e sua efetividade foi avaliada por meio da concordância entre o seu resultado e o parecer clínico do professor orientador, além de uma avaliação qualitativa a partir dos relatos dos acadêmicos e profissionais envolvidos nos atendimentos. Antes da aplicação da ficha, profissionais do serviço e acadêmicos foram orientados sobre seu preenchimento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos 11 anos de experiência do projeto Acolhendo Sorrisos Especiais, percebeu-se a dificuldade dos profissionais no atendimento e encaminhamento adequado dos pacientes com necessidades especiais. Além disso, se observa dificuldade em padronizar os encaminhamentos dos pacientes para bloco cirúrgico, visto que não havia critérios estabelecidos para isso. Outro fator que impulsionou a construção da ficha foi o ambiente acadêmico, pois é o local adequado para preparar os futuros profissionais para o atendimento dessa população. A falta de abordagem sobre esse tema nos cursos de graduação contribui para formar profissionais que se sentem despreparados para o

atendimento, gerando barreiras e servindo de justificativa para não atender essa demanda.

O critério inicial que norteou a construção da ficha de triagem foi o nível de colaboração do paciente para exame e tratamento odontológico, visto que foi o principal fator que definiu o encaminhamento para bloco cirúrgico no serviço em que a ficha foi testada (ALCÂNTARA et al., 2016). A falta de colaboração pode indicar o uso das técnicas de estabilização protetora, como forma de proteção para o paciente e a equipe e para permitir a execução de procedimentos com maior segurança, evitando o uso de métodos farmacológicos (SCHARDOSIM, COSTA, AZEVEDO, 2015), no entanto, nem sempre podem ser utilizadas, sendo indicado então o uso da sedação consciente ou anestesia geral.

A quantidade associada à complexidade dos procedimentos odontológicos pode ditar o local adequado de atendimento dos PNE, visto que, quando o paciente possui muitos procedimentos pode ser mais conveniente que o atendimento seja realizado sob anestesia geral em uma única sessão, a fim de não submetê-lo a várias consultas que podem gerar estresse. Da mesma forma, procedimentos em região posterior, pela dificuldade de acesso e por exigirem maior colaboração do paciente e tempo de trabalho devem ser realizados em um serviço de maior complexidade (atenção terciária).

Em relação à efetividade da ficha, observou-se que houve concordância entre o resultado e o parecer clínico dos professores orientadores em 85% dos casos, pois dos 14 pacientes avaliados, 12 foram encaminhados para os locais indicados pela ficha de triagem (tabela 1). Nos dois casos em que houve discordância, observou-se que foi devido ao preenchimento incorreto da ficha. Fica clara a necessidade de ampliação desta amostra, bem como um maior treinamento dos aplicadores, a fim de detectar a real efetividade desta ficha.

Tabela 1: Comparação entre o encaminhamento clínico e o sugerido pela ficha proposta aplicados em um dia de triagem para PNE. Pelotas, 2017.

Paciente	Sugestão da ficha	Encaminhamento
1	UBS	CEO
2	UBS	UBS
3	UBS	UBS
4	UBS	UBS
5	CEO	CEO
6	CEO	CEO
7	UBS	UBS
8	CEO	CEO

9	CEO	CEO
10	UBS	CEO
11	CEO	CEO
12	UBS	UBS
13	UBS	UBS
14	CEO	CEO

:

4. CONCLUSÕES

A ficha de triagem proposta neste estudo foi considerada efetiva para aplicação em meio acadêmico. Porém, antes de recomendar sua aplicação nos serviços odontológicos, é necessária a ampliação da amostra, para melhor subsidiar a padronização de condutas e encaminhamentos dos PNE, assim como para facilitar a triagem para encaminhamento odontológico. A sua utilização em meio acadêmico pode proporcionar o empoderamento dos critérios de avaliação pelos estudantes, proporcionando maior segurança em acolher, atender ou encaminhar este público no seu futuro profissional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, L.M. et al. Projeto de Extensão “Acolhendo Sorrisos Especiais”.

Expressa Extensão, v. 21, n. 1, p. 64-71, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/periodicos/94/cd_religiao_deficiencia.pdf.

Acesso em Junho de 2016.

NASILOSKI, K.S. et al. Avaliação das condições periodontais e de higiene bucal em escolares com transtornos neuropsicomotores. **Revista de Odontologia da UNESP**, v.44, n.2, p.103-107, Mar-Abr. 2015.

SANTOS, J.S. et al. Utilização dos serviços de atendimento odontológico hospitalar sob sedação e/ou anestesia geral por pessoas com necessidades especiais no SUS-MG, Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, v.20, n.2, p.515-524, 2015.

SCHARDOSIM, L.R.; COSTA, J.R.S.; AZEVEDO, M.S. Abordagem odontológica de pacientes com necessidades especiais em um centro de referência no sul do Brasil. **Revista da ACBO**, v.4, n.2, 2015. Disponível em:

<http://www.rvacbo.com.br/ojs/index.php/ojs/article/view/254>. Acesso em junho de 2016.